

PS/Açores preocupado com descontrolo do Governo Regional na gestão da quota de atum patudo e a quebra de rendimentos dos pescadores

Gualberto Rita manifestou, esta terça-feira, a “preocupação e indignação” do Partido Socialista com a “continuação do descontrolo do Governo Regional na gestão de quotas pesqueiras, no caso, do atum patudo”.

“Não podemos ficar impávidos e serenos, quando assistimos a um aumento descontrolado desta pesca, uma vez que nos primeiros 4 meses deste ano já foram pescadas mais 300 toneladas de atum patudo, em relação às capturas de igual período do ano passado”, frisou.

O parlamentar socialista realçou que a gestão desta pescaria está a ser “desastrosa”, uma vez “os pescadores Açorianos estão a capturar mais, mas a vender a preço mais baixo”.

Na raiz do problema está, de acordo com Gualberto Rita, o “fecho precoce da quota do atum patudo e a forma desajustada da pesca desta espécie na safra de 2023”, que “criou instabilidade no setor”, uma vez que “não permitiu um rendimento contínuo das embarcações que se dedicaram a captura destes tunídeos, assim como dos pescadores, dos comerciantes e da indústria”.

“Esta é uma espécie que pode atingir valores muito significativos no mercado internacional, desde que devidamente bem manuseado e conservado. Porém, em 2024, em apenas 4 meses de safra, já se capturaram 900 toneladas nos Açores, tendo-se vendido a um preço médio de 2,94 euros/kg, quando em 2023 o preço médio foi de 4,65 euros/kg”, explicou o parlamentar socialista.

Gualberto Rita alertou que, em meados de abril, “já foi capturada cerca de 45% da quota das Regiões Autónomas”, o que significa que a probabilidade de atingir a totalidade da quota e o fecho da mesma “aproxima-se, com valores de venda em lota muito baixos e que em nada dignificam o setor”.

“O Governo Regional tem de tomar medidas concretas e imediatas para estabilizar os preços do atum patudo, proteger os interesses dos armadores e pescadores e garantir a viabilidade económica dessa atividade na Região Autónoma dos Açores. Porque simplesmente não é inteligente esgotar a quota

e vender aos preços baixos que estão a ser praticados em lota”, finalizou o deputado do PS, Gualberto Rita.

Ponta Delgada, 23 de abril de 2024